

SAÚDE NA EDUCAÇÃO FÍSICA: COMPREENSÕES, REFLEXÕES E PERSPECTIVAS A PARTIR DE UM CONCEITO AMPLO E SOCIAL DE SAÚDE¹

Cristiano Mezzaroba
Mestre em Educação Física/UFSC
Professor Departamento de Educação Física/DEF/CCBS/UFSC
LaboMídia-UFSC/UFSC

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente e tradicionalmente, abordar o tema “saúde” para o campo da Educação Física sempre foi algo naturalizado, como algo que “naturalmente” ocorre seja nos nossos saberes (hegemonicamente articulados às ciências biológicas), seja em relação aos fazeres relacionados às intervenções (via atividade física, ginástica ou esporte) cuja responsabilidade recai aos professores e profissionais deste campo do conhecimento/campo profissional.

Entretanto, percebe-se que há um certo vazio nesses entendimentos em relação à saúde, o que pressupõe o exercício de refletir sobre essa imbricada relação saúde-Educação Física², em especial no campo escolar, para que se possa ampliar as compreensões sobre isso, integrando, naquilo que lhe for possível, a Educação Física com as abordagens e práticas defendidas pela Saúde Coletiva.

Segundo Luz (2007, p.20) a “Saúde Coletiva é compreendida como um campo de saberes e de práticas que toma como objeto as necessidades sociais de saúde, com intuito de construir possibilidades interpretativas e explicativas dos fenômenos relativos ao processo saúde-doença, visando a ampliar significados e formas de intervenção.” Ao longo do texto, detalhes mais ampliados sobre a saúde coletiva serão apresentados e contextualizados.

Na tentativa de “embarcar” nesse processo amplo e complexo de aproximação e interação entre a Educação Física e a Saúde Coletiva, inicialmente apresentamos a justificativa e o ponto de partida a este desafio, no qual procuramos refletir

¹ As reflexões sistematizadas neste texto são oriundas de minha participação na Mesa redonda 2 – Concepções de saúde nos cursos de formação profissional na Educação Física, também com a participação do Prof. MsC. Roberto Jerônimo dos Santos Silva, durante a VIII Semana de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe, cujo tema foi “Formação profissional na Educação Física: desafios, tensões e perspectivas”, realizada de 28 a 31 de março de 2011.

² Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, citado por Paiva & Ron (2003, p.59) existem questões obrigatórias em nossa sociedade: “Considera Bourdieu que são questões obrigatórias aquelas que os homens cultivados de uma determinada época estão de acordo em discutir mesmo discordando a respeito das questões que discutem.” (op. cit.)

e discutir em relação aos conhecimentos das Ciências Sociais e Humanas para o campo da Educação Física numa perspectiva da pedagogização das questões sobre saúde.

Em seguida, contextualiza-se, de maneira histórica, porém breve, a relação entre saúde e Educação Física, com a intenção, embora sintética, de apresentar aspectos históricos e algumas características, implicações e atualizações. Ainda sobre isso, exemplificamos com alguns depoimentos em entrevistas realizadas com professores de Educação Física, em que verificamos o tal “vazio” na relação entre saúde e Educação Física, e o quanto isso precisa ser problematizado na formação profissional em Educação Física.

Na sequência das reflexões, abordamos algumas “tensões” dessa relação. Nosso entendimento é de que existem tensões no plano epistemológico e teórico (a discussão entre a natureza e a cultura), no plano prático (professor que apenas ensina e o bacharel que pesquisa) e no plano do mercado de trabalho (em decorrência do Sistema CONFEF – Conselho Federal de Educação Física).

Por fim, arriscamo-nos a pensar em três desafios que se colocam atualmente para superar esses supostos problemas, bem como apontar algumas perspectivas à Educação Física, ampliando suas possibilidades teórico-práticas, independente das múltiplas áreas de intervenção, mas, em especial, àqueles que se dedicam a pensar – e intervir – na Educação Física escolar³.

APRESENTANDO E SITUANDO ALGUNS CONCEITOS SOBRE SAÚDE

É importante situarmos do “lugar” em que falamos. Para isso, duas questões, aqui, são necessárias. Em primeiro lugar, de qual “Educação Física” estamos tratando, e também do que podemos entender como “saúde”.

Sobre a Educação Física que aqui consideramos, pensamos de forma similar a Bracht (1997, p. 35), para o qual “a Educação Física é a prática pedagógica que tem tematizado elementos da esfera da cultural corporal/movimento”.

Em relação aos “conceitos de saúde”, podemos situar três principais conceitos que geralmente costumamos pensar ao tratá-la: um conceito restrito (entendido como ausência de doenças); um conceito dito utópico (geralmente relacionado ao conceito da OMS – Organização Mundial da Saúde, que fala em um completo bem-estar físico, mental e social); e um conceito amplo (interligado a um conceito da Saúde Coletiva, que, dentre tantas outras características, aponta para os determinantes sociais da saúde⁴).

³ Já há muito tempo, um dos precursores da Educação Física brasileira, Inezil Pena Marinho, defendia essa visão educacional em relação às práticas da Educação Física. Para ele, “Não se poderá, de forma alguma, considerar a educação física fora do plano educacional, representando ela, como soi ser, uma seção de oportunidades da educação. Não deverá ser ministrada como atividade extra-escolar, embora deva figurar como atividade extra-curricular, e isso porque representa uma prática educativa que, como as demais, deverá estar a cargo da escola, única das instituições onde a educação se processa sistematizadamente, obedecendo a um plano adrede concebido.” (MARINHO, 1945/1956, p.35).

⁴ Sobre os determinantes sociais da saúde, ver Zioni e Westphal (2007).

Para abordar esta sintética revisão conceitual, apoiamo-nos em Palma (2001) a fim de entendermos tais conceitos. Para ele,

Um primeiro conceito de saúde, pode ser descrito como a ausência de doença. Embora rechaçado, este entendimento parece permanecer no imaginário não só das pessoas comuns (senso comum), mas também, dos profissionais (...). Um segundo conceito, da Organização Mundial da Saúde (OMS), é: “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Esta definição, apesar de parecer uma evolução, ainda não ajuda muito, já que se esbarra com uma dificuldade de se definir o que é “completo bem-estar”. É deste modo, então, que os autores (...) mostram-se ligados a uma visão ainda estreita de saúde. O que se percebe, então, é que ao se tratar de saúde os autores o fazem considerando dois pontos essenciais: a) a ausência de doenças e, b) o viés biológico na determinação destas doenças. Esta compreensão leva a alguns desdobramentos. Primeiro, que o indivíduo que está doente não pode ser sadio. Segundo, que a doença pode ser evitada de modo determinista-biológico (basta acabar com a causa). Um terceiro refere-se ao fato de que a doença pode ser evitada, principalmente, pelo próprio indivíduo (processo de “culpabilização”). Um quarto, mas não menos importante, é a falta de atenção ao contexto socioeconômico. Um certo rompimento com estes enfoques pode ser observado considerando a saúde, de imediato, como um direito à cidadania. Minayo (1992, p.10) apresenta um conceito dentro desta perspectiva: “Saúde é o resultante das condições de alimentação, habitação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida”. (PALMA, 2001, p.29)

É a partir deste entendimento mais amplo que procuramos discutir sobre Educação Física, Saúde e Sociedade⁵, com uma abordagem sociológica que articula as possibilidades e limitações, desafios, tensões e perspectivas para aqueles que atuam com a Educação Física defendendo a temática da saúde.

Uma das principais implicações de visão reducionista que associa saúde e Educação Física se refere ao discurso da monocausalidade, ou seja, que a atividade física gera, automaticamente, saúde.

⁵ Em disciplina de mesmo nome, chamada “Tópicos Especiais em Educação Física I: Educação Física, Saúde e Sociedade”, dentro das “Bases Sociais e Contemporâneas da Educação Física”, com carga horária de 60 horas semestrais, espera-se discutir as questões lançadas aqui neste texto, procurando ampliar as concepções de saúde para além do plano biológico, pensando na formação de professores de Educação Física no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Sergipe.

Geralmente a Educação Física, simplificada e reduzida como “atividade física” é colocada como um instrumento mágico ou como uma vacina em relação às questões de saúde (ou de doença?). Ampliando e opondo-se a tal entendimento, Devede (2002, p.82) afirma que “A prática de exercícios físicos, portanto, não pode ser encarada como a solução para todos os problemas de saúde ou para a garantia de uma melhor qualidade de vida das pessoas.”

Monteiro e Gonçalves (1997), ao abordarem as questões da Saúde Coletiva/atividade física e o padrão epidemiológico de transição, trazem um argumento interessante para aquilo que estamos tratando aqui:

Os exercícios podem ser agradáveis, podem melhorar sua aparência e fazer você se sentir melhor: tudo o mais, no entanto, não passa de um mito. Eles não tornam as pessoas mais saudáveis e não aumentam sua longevidade. Na realidade, se ficarmos atentos, podem até nos matar (...) porque boa forma e saúde não são necessariamente a mesma coisa. (SOLOMON, 1991 apud MONTEIRO; GONÇALVES, 1997 p.160).

Trata-se daquilo que Carvalho (2009) nomeia de “o mito da atividade física e saúde”, isto é, o quão verdadeiro e inquestionável tornou-se a simples prática de atividade física (ou de exercícios físicos) enquanto promotores (naturalmente) de saúde. Para esta mesma autora,

Contemporaneamente, a atividade física, ao tempo que canaliza a atenção da sociedade para sua capacidade de delinear corpos saudáveis, fortes, belos, mascara outros determinantes do setor saúde e do quadro social brasileiro. De outra forma, se superestima o papel de determinação da atividade física em relação à saúde. (CARVALHO, 2009, p.86-7).

Assim, é importante considerar aquilo que Bracht (2003, p.23) argumenta, ou seja, que “a atividade acadêmica na área de educação física deve se organizar em função de problemáticas teóricas que se orientam na intervenção social.” (BRACHT, 2003, p.23)

Com relação à Educação Física, parece-nos que ultimamente “estão dizendo” à ela que ela deve voltar a olhar para a questão do higienismo, com essa forte tendência (e o avalanche de pesquisas principalmente internacionais, mas que vêm sendo realizadas em grande número também no Brasil) da obesidade e do sedentarismo das crianças e jovens (da população em geral?) em virtude dos “modernos” hábitos de vida.

Assim, a ligação entre o discurso higienista (não ser obeso nem sedentário, adquirindo e mantendo hábitos saudáveis) e a instituição esportiva (agora ganhan-

do relevância em função dos megaeventos esportivos que acontecerão no Brasil, em 2014 e 2016) acaba obstruindo, de certa maneira, tentativas de caráter pedagógico que perspectivam uma Educação Física diferenciada e transformadora, que acaba acontecendo, mas em casos isolados e de forma heterogênea, dependendo da boa vontade de alguns professores e/ou pesquisadores.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E PANORAMA ATUAL DA RELAÇÃO SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA

Atualmente a Educação Física está inserida, no contexto científico brasileiro, na grande área da “Saúde”, conforme Resolução nº 287, do Conselho Nacional de Saúde, que considera as seguintes profissões: “biomedicina, ciências biológicas, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional.” (ROCHA; CENTURIÃO, 2007, p.18).

No caso de suas intervenções, podemos pensar que elas ocorrem tanto no universo escolar como também nos serviços públicos de saúde, seja com o propósito de educação em saúde, terapêutica, prevenção ou, de maneira mais ampla, promovendo a saúde humana. (LUZ, 2007; ROCHA & CENTURIÃO, 2007).

Ainda em relação à sua contextualização, podemos situar um importante e necessário texto de Hugo Lovisolo (1997), chamado “A paisagem das tribos da EF”, em que, numa linguagem metafórica, o autor argentino e residente/atual no Brasil apresenta as configurações de como ocorre a formação e as intervenções relativas à EF no Brasil, a partir de duas “tribos” principais, a tribo da saúde, que ele chama de “tribo da conservação” e a “tribo da potência”, nome dado em relação àqueles que se dedicam ao esporte.

Além dessas duas, há a tribo da “modelagem corporal”, que segundo o autor está se constituindo de maneira cada vez mais forte, aproveitando os discursos da tribo da conservação e como imagem, ou como modelo, os atletas (da tribo da potência), o que gera uma ambigüidade nos discursos que envolvem/ligam saúde à estética. Por último, a tribo da educação, aqueles que, na linguagem metafórica, situam-se no meio do rio, entre essas duas margens, navegando seu barquinho à vela e vulneráveis às tempestades e correntes – ora indo em direção à margem da tribo da conservação, ora indo para a margem da tribo da potência – e que no fundo, defendem uma variedade de saberes e práticas, mas que por causa disso, falta uma “definição”, aquilo que discutimos sempre como a “especificidade” da Educação Física escolar.

Poderíamos pensar que, passados mais de dez anos da divulgação deste texto, o autor talvez tenha acertado seu prognóstico: a separação na formação e nas intervenções, formando profissionais completamente diferentes dentro daquilo que constituía-se como uma “área única”, porém diversa. Hoje vemos professores de

Educação Física atuando no ambiente escolar e bacharéis (personal trainer, técnicos, recreacionistas etc) atuando de maneira autônoma, em academias, clubes e instituições privadas.

Com tal contextualização, embora sucinta e rápida, passamos agora a pensar em alguns aspectos históricos da Educação Física.

Em relação a uma abordagem mais ampla no seu contexto histórico, apresentamos os estudos de Soares (2007), em que se historiciza o surgimento e o desenvolvimento da Educação Física aqui no Brasil, e sua relação com as raízes européias. Sobre isso,

Assim, a Educação Física, idealizada e realizada pelos médicos higienistas, teve por base as ciências biológicas, a moral burguesa e integrou de modo orgânico o conjunto de procedimentos disciplinares dos corpos e das mentes, necessário à consecução da nova ordem capitalista em formação. Acentuou de forma decisiva o traçado de uma nova figura para o trabalhador adequado a essa nova ordem: um trabalhador mais produtivo, disciplinado, moralizado e, sobretudo, fisicamente ágil. Fruto da biologização e naturalização que dirige a construção da nova sociedade a Educação Física foi utilizada pelos médicos higienistas como instrumento de aprimoramento da saúde física e moral, acoplada aos ideais eugênicos de regeneração e purificação da raça. Ela se fez protagonista de um corpo saudável, robusto, disciplinado, e de uma sociedade asséptica, limpa, ordenada e moralizada, enquadrada, enfim, nos padrões higiênicos de conteúdo burguês. Podia ser a 'receita' e o 'remédio' para a cura de todos os 'males' que afligiam a caótica sociedade brasileira capitalista em formação." (SOARES, 2007, p.135-6).

Em relação ao contexto escolar, em particular, e os fins da Educação Física, Soares (2007, p.51) afirma que:

A Educação Física no Brasil, em suas primeiras tentativas para compor o universo escolar, surge como promotora da saúde física, da higiene física e mental, da educação moral e da regeneração ou reconstituição das raças. Higiene, raça e moral pontuam as propostas pedagógicas e legais que contemplam a Educação Física, e as funções a serem por ela desempenhadas não poderiam ser outras senão as higiênicas, eugênicas e morais.

A Educação Física foi vista como a educação do corpo, por meio da ginástica, o que levava ao entendimento de que “fazer Educação Física” era simplesmente se exercitar por meio da ginástica (dos Métodos Ginásticos – e seu caráter ordenativo,

disciplinador e metódico), para constituir um corpo são e forte.

Segundo Soares (2007), a Educação Física era (e ainda é, poderíamos dizer) entendida como “cuidado com o corpo”, a fim de resolver os problemas da sociedade industrial. Para esta mesma autora:

A Educação Física construída por uma sociedade naturalizada e biologizada será então tomada como a 'educação do físico', e associada diretamente à saúde do 'corpo biológico' (leia-se social). Os médicos higienistas, imbuídos da certeza de que detinham a maior competência para redefinir os 'hábitos' da família moderna, não poderiam deixar de influenciar de maneira decisiva o referencial de conhecimentos necessários para o desenvolvimento da Educação Física, um mecanismo a mais utilizado na construção do homem novo, este sujeito do capital. (SOARES, 2007, p.32)

Atualmente, quando se tem esse tipo de entendimento, supõem-se que a atividade física é vista como um elemento capaz de propiciar saúde ao praticante. Tal consideração sempre deve ser refletida a partir de um olhar mais crítico, pois, seguindo com as argumentações de Soares (2007), devemos entender que:

Entretanto, o exercício físico não é saudável em si, não gera saúde em si, é apenas e tão somente um elemento, num conjunto de situações, que pode contribuir para um bem-estar geral e, neste sentido, aprimorar a saúde, que não é um dado natural, um a priori. Ao contrário, saúde é resultado, porque, mais que o vigor físico corporal, compreende o espaço de vida dos indivíduos, daí não ser possível medi-la, nem avaliá-la apenas pela aparência de robustez ou de fadiga. Sempre vinculada à saúde biológica, a Educação Física será protagonista de um projeto maior de higienização da sociedade. O corpo, do qual se ocupa, é o corpo anatomofisiológico. E ele será a referência fundamental de seu desenvolvimento como prática social. (SOARES, 2007, p.50).

Atualmente poderíamos dizer que higienismo aparece sob novas roupagens, de maneira sutil, porém, simbolicamente intensa. Os exemplos são vários: o sujeito que vai para a academia de ginástica/musculação porque o médico mandou perder peso; o professor que faz avaliação postural no aluno e detecta algum desvio (lordose, cifose, escoliose) e encaminha a um médico, ou quando esse mesmo professor ensina posturas, ou quando este professor trabalha com exercícios posturais para fortalecer musculatura a fim de atingir um melhor equilíbrio etc – esquecendo-se, ou ignorando, muitas vezes, que esse mesmo sujeito tenha esse problema postural há anos, em função do tempo que trabalha carregando cargas superiores a que sua

coluna poderia suportar; ou mesmo de um sujeito que fica sentado, navegando na internet por várias horas ininterruptas todos os dias etc.

Reiterando que não é propósito geral deste texto uma exaustiva investigação histórica, mas apenas uma breve retomada das implicações históricas nessa relação entre saúde e Educação Física, em seguida, falaremos sobre algumas implicações e atualizações da temática da “saúde”.

Nada melhor que os próprios professores de Educação Física para falar de saúde, não é verdade? Geralmente é isso que pensamos sempre que alguém vê ou acompanha alguma reportagem na televisão, no rádio, nos jornais ou nas revistas, e principalmente, nos últimos anos, com a internet. Até porque há uma forte “representação social” do professor de Educação Física como um sujeito de corpo magro, esbelto, forte, “em forma” – na linguagem popular. Há uma confusão, inclusive, de pensar que a autoridade pedagógica ou a autoridade profissional do professor de Educação Física se resume à imagem corporal de seu próprio corpo, que confunde-se ao corpo de um atleta – e que gera outra confusão, como se o corpo do atleta fosse, naturalmente, um “corpo saudável”. Poderíamos pensar que o atleta até pode ser símbolo de corpo esbelto/saudável, entretanto, ressalvas devem ser feitas, pois ser saudável não é “sinônimo” de corpo bonito ou esbelto⁶.

Por que estamos falando sobre isso? Simplesmente porque, com fins avaliativos, e de imersão ao campo pedagógico, uma das atividades da disciplina de Tópicos Especiais em Educação Física I – Educação Física, Saúde e Sociedade foi entrevistar professores de Educação Física de escolas públicas e particulares de Aracaju e/ou Sergipe.

Os dados encontrados? Um certo “vazio” conceitual, teórico, explicativo e prático em relação às possibilidades de articulação e trato da saúde na Educação Física escolar. Uma dificuldade dos entrevistados em dizer o que é saúde e como essa temática pode ser trabalhada nas aulas de Educação Física.

Vejam alguns depoimentos:

Rapaz... é complicado! Mas eu acho que é [saúde]tudo aquilo que leva ao bem estar do homem. Se bem que eu penso que a saúde está ligada ao biológico mesmo. (Resposta de um dos professores entrevistados quando perguntado como você conceituaria saúde)

(...) quando estou trabalhando qualquer coisa reforço com eles a importância da prática regular de atividade física e para eles [alunos] cuidarem da alimentação... eu tenho alguns alunos acima do peso. Aí falo pra eles se cuidarem mais. (Resposta de um dos professores entrevistados quando perguntado como as questões da saúde aparecem no planejamento pedagógico em relação aos outros conteúdos da EF)

⁶ Sobre isso, uma compreensão mais ampla e completa pode ser visualizada em Sant’anna (1995).

Quando falo que eles tem que se alimentar melhor e praticar atividade física regular é aquela coisa... os que já fazem continuam fazendo, os que não [fazem] dificilmente mudam. (Resposta de um dos professores entrevistados quando perguntado em relação a participação/ interesse/envolvimento dos alunos quanto o tema das aulas se relaciona com as questões da saúde)

Poderíamos pensar, como Bracht (2001), que realmente a saúde está deixando de ser algo central à Educação Física, a partir, também, desses depoimentos e da própria conjuntura atual da sociedade?

Segundo tal autor, não há mais uma centralidade da saúde na Educação Física escolar, em função de algumas mudanças inerentes à própria sociedade, como por exemplo: (a) antes era preciso preparar corporalmente o indivíduo para o trabalho, hoje é preciso relaxá-lo perante as pressões diárias; (b) a saúde era objeto central, via aptidão física, hoje é tema transversal segundo os PCNs; (c) a saúde deixou de ser considerada no plano público para ser elemento de iniciativas privadas; (d) o esporte, visto simplesmente como “saúde” ao longo dos anos, e hoje sabemos que o esporte hegemônico, tido como o modelo também para a EF escolar, precisa ser melhor avaliado, tanto que o esporte está tão institucionalizado e com forte discurso que ele não precisa mais ser reforçado pela EF escolar. (BRACHT, 2001)

Aproveitando a discussão, também poderíamos falar dos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais, obra do Ministério da Educação (BRASIL, 1998), que ao procurarem sistematizar os diversos componentes curriculares, dentre eles a Educação Física, elegendos o objeto desta disciplina, no caso, a cultura corporal de movimento, e trazendo seus conteúdos e objetivos, aponta a saúde não como tema central das aulas, mas como tema transversal que deve ser abordado pelas mais diversas áreas do conhecimento na escola (não exclusivamente a Educação Física).

Feitas algumas das definições conceituais e agora uma abordagem do panorama histórico e atual da relação entre saúde e Educação Física, passamos, no próximo tópico, a tratar das tensões desta relação, e, em seguida, finalizando, apresentamos desafios e perspectivas para a Educação Física no que se refere às questões da saúde.

TENSÕES NA RELAÇÃO ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA

Pensar a palavra “tensão” já pressupõe, de alguma maneira, um distanciamento a qualquer naturalização que se faça entre saúde e Educação Física, conforme vimos, ao longo do processo histórico. Significa considerar possíveis rupturas de uma relação até então colocada como recíproca, descontextualizada e, ao nosso ver, bastante simplificada em seus saberes e fazeres.

Aqui, portanto, trazemos e tecemos algumas breves considerações em relação

a três possíveis dimensões das tensões entre saúde e Educação Física. São elas:

- tensões no plano epistemológico;
- tensões no plano prático;
- tensões no plano de mercado de trabalho.

Quanto ao primeiro, aqui considerado como plano epistemológico e teórico, poderíamos pensar nas dualidades entre biológico versus social ou mesmo entre natureza versus cultura. Trata-se da tensão epistemológica e teórica entre o biológico versus social que remetem às discussões iniciadas na década de 80, no campo da Educação Física, e que até hoje se apresentam entre o “natural” e o “cultural” em relação aos saberes/fazeres da Educação Física. Mais do que nunca, é necessário o entendimento de que não se trata de um ou outro campo como detentor das ações científicas e de intervenção, mas pensar nas possibilidades de complementaridade entre um e outro, sem a defesa de que um se coloca como superior ou inferior ao outro.

Para ajudar a pensarmos sobre isso, Paiva (2003) traz um argumento interessante que nos ajuda a ampliar a discussão e irmos ao encontro dessa problemática que se coloca como atual, ainda, à Educação Física, seja qual for seus temas centrais, mas neste caso, a questão da saúde, do higienismo, da qualidade de vida ou mesmo do estilo de vida ativo: “O problema não parece estar no fato de o campo da educação física manter intensas e tensas relações com o campo médico, o pedagógico, o esportivo e outros. A questão é como essas relações que foram e ainda são construídas: na forma de subordinação.” (PAIVA, 2003, p.71)

Coloca-se, portanto, nesta tensão, um implícito desafio de pensar a Educação Física em seu caráter autônomo circunscrito às suas possibilidades de intervenção.

Uma segunda dimensão dessas tensões, ao nosso ver, reporta-se ao plano prático, considerando-se a multiplicidade e variedade de possibilidades de atuação ao professor/profissional de Educação Física. Uma tensão prática entre aquele que simplesmente “ensina”, no caso, o professor (licenciado) e aquele profissional que “aplica” técnicas de seu conhecimento mais específico, no caso o técnico/instrutor (de atividades físicas sistematizadas ou modalidades esportivas, o bacharel).

Há um receio nisso tudo que o campo investigativo relacionado à Educação Física e às Ciências do Esporte no Brasil recaia apenas ao bacharel, que fará pesquisas para serem colocadas em prática pelo professor, na escola – como se este não tivesse autonomia e meios próprios, principalmente capacidades científicas/técnicas/reflexivas de elaborar conhecimento a partir de suas próprias práticas.

Tal discussão pode ser ampliada a partir do argumento apresentado por Crisório (2003), pensando na identidade da própria Educação Física enquanto “disci-

plina” e suas possibilidades de intervenção. Segundo este autor:

(...) a atualidade segmenta a identidade da disciplina e nossa identidade com as lógicas dos distintos campos onde a educação física acontece. A lógica dos clubes esportivos é diferente daquela das escolas e esta é distinta daquela das academias ou das colônias de férias; nem sequer nas escolas públicas e privadas, urbanas e rurais, ricas e pobres, ou nos clubes e academias grandes e pequenas, de bairros centrais e periféricos, as práticas da educação física obedecem a uma mesma lógica. (CRISORIO, 2003, p.37)

Há que se considerar, portanto, os contextos específicos de intervenção, sem definir, de maneira rígida, o que compete a um ou outro, visto que historicamente esses “dois profissionais” sempre foram, na prática, “um só”. Não podemos deixar que esse problema colocado na atualidade se transforme em algo maior ainda, como se fosse responsabilidade do professor, na escola, apenas aplicar conhecimentos em relação ao esporte, à saúde, à estética, à ginástica, à dança entre outros; enquanto que ao bacharel se atribuisse o papel de investigar as possibilidades como tais temáticas/conteúdos poderiam ser melhor “aplicados”. Talvez aqui a dimensão do “professor enquanto intelectual-reflexivo-transformador”, conforme Rodrigues (1998) fosse uma alternativa para ajudar a melhor tratarmos desta questão.

A terceira e última tensão aqui considerada refere-se à tensão no mercado de trabalho, decorrente da criação do Sistema CONFED – Conselho Federal de Educação Física), que criou as figuras do “professor de Educação Física”, reservado apenas ao universo escolar e de “bacharel em Educação Física”, profissional este que atuará nas demais esferas, à exceção da escola.

Claramente explícito que se trata de uma “reserva de mercado”, ou seja, a garantia de mercado de trabalho a todos, inclusive àqueles que, sabemos, o mercado não dará conta de absorver. Sobre essa regulamentação da profissão, que desde 1998 impacta na Educação Física, novamente trazemos, para nos ajudar a tratar dessa questão, o argumento de Paiva (2003, p.73-4):

Regulamentação que, alheia às discussões epistemológicas, mas atenta à ‘movimentação do mercado’, fundou uma nova profissão ao cunhar o profissional de educação física – necessariamente um não-professor, dado o entendimento restrito de que esse se ocuparia somente da dimensão escolar/curricular da educação física.

É necessário que ampliemos essa discussão, pois o que separa o bacharel do licenciado não é discussão ou os conhecimentos restritos da área da saúde (para o bacharel) e os conhecimentos pedagógicos da cultura corporal de movimento (para o licenciado). Não se trata de pensar que o que caracteriza a grade curricular do

bacharel é a disciplina de “Fisiologia” e o que caracteriza o currículo do licenciado é a disciplina de “Filosofia”. Poderíamos pensar que a possível “falha” neste processo todo se encontra no reducionismos que nós mesmos manifestamos ao pensar que a saúde na sua dimensão biológica é tarefa do bacharel e de que na licenciatura esta mesma temática não é necessária ser abordada, pois refere-se a algo “exclusivamente” do bacharel.

O conhecimento produzido historicamente – e aplicado, da maneira que for, ainda hoje – sobre saúde ou qualquer outra temática, desde aspectos técnicos/instrumentais, biológicos, individualizantes, é amplo e merece ser contextualizado, aprofundado e complexificado para que se entenda da saúde a partir da constituição social dos sujeitos, de seus habitus enquanto indivíduos imersos, produtos e produtores de determina cultura, a partir de seu contexto sócio-econômico que impacta, também, em sua “qualidade de vida” e em seus “corpos”.

Apresentados e sucintamente discutidas as tensões que aqui consideramos, nosso próximo passo será, dentro do possível, apontar na superação desses desafios que se colocam à Educação Física enquanto área ou campo do conhecimento e suas intervenções, no intuito de apontar algumas perspectivas.

PENSANDO NA SUPERAÇÃO DE DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NO QUE SE REFERE À SAÚDE E APONTANDO PERSPECTIVAS

Tão importante quanto “denunciar”, como já fizemos até então, os vazios, simplificações, naturalizações e reducionismos na relação entre saúde e Educação Física, é o ato de, a partir do possível, “anunciar” alguns desafios e perspectivas.

Aqui, este anúncio não se coloca como algo mecânico, que simplesmente deve ser “colocado em prática”, até porque propor isso seria desconsiderar o conjunto de elementos que impactam nas atuações profissionais, para além do que geralmente é colocado, ou seja, da culpabilização do professor de Educação Física pelas suas (não) ações. De maneira geral, estamos tratando de “professores” e “profissionais” de Educação Física, mas em especial àqueles que atuam/atuarão com o componente curricular Educação Física na escola.

Em relação aos desafios, pensamos que cabe aos integrantes da área de Educação Física:

- 1) Fazer a saúde elemento realmente integrante da Educação Física escolar, numa visão mais ampla e não apenas no aspecto biologicista, em detrimento aos contextos sócio-econômico-cultural e político. Com isso, a Educação Física poderia ter a chance de mostrar, dentre outros aspectos, sua relevância social, sistematizando novas práticas.

⁷ Convém aqui lembrar que os PCN's (BRASIL, 1998) consideram que ao utilizarmos o termo “corpo” estamos compreendendo os sujeitos a partir de seu contexto social, ao contrário de quando nos referimos apenas a “organismo”, esta sim numa dimensão mais reduzida, no plano apenas biológico, entendendo o ser humano a partir do funcionamento anatomo-fisiológico.

- 2) Formar novos professores/profissionais esclarecidos para as ambiguidades que permeiam os entendimentos de saúde/estética/esporte.
- 3) Equilibrar, na formação e nas intervenções, os saberes biológicos, sociais, culturais, políticos, filosóficos e técnicos/instrumentais.

Ressalta-se, porém, antes de qualquer interpretação errônea, que não se desconsidera as questões de cunho biológico para o campo da Educação Física, o problema que se vê, em relação a ele, é a sua exclusiva e enfática centralidade, o que acaba reduzindo a dimensão humana do fenômeno da saúde aos conceitos estritamente biológicos.

Para nos ajudar a elucidar e ratificar o que foi argumentado nesses três desafios, dialogamos com as idéias de Taffarel (2010, p. 179-80), quando essa mesma autora aponta que:

O professor de educação física que quiser tratar o tema da saúde nas aulas de Educação Física deve rever seu conceito de 'saúde-doença', de 'cultura corporal-atividade física', de 'escola-objetivo-método-avaliação', de trabalho pedagógico na sala de aula, na escola e no entorno da escola. Deverá compreender a construção sócio-histórica da cultura e agir com uma consistente base teórica sobre o sistema de complexos 'homem-esporte-saúde', que não se restringe ao conhecimento corporal, biológico, aos fatores de risco para a saúde e como preveni-los com 'atividades físicas'. Deverá fazê-lo em perspectiva crítico-superadora conforme proposição defendida pelo Coletivo de Autores (1992). Deverá fazê-lo, não mais idealisticamente e com base na ideologia da higienização e da eugeniação, mas sim, na perspectiva emancipatória. (TAFFAREL, 2010, p.179-180

Portanto, coloca-se como algo complexo e que precisa, no mínimo, que o acesso a este saber seja oferecido, discutido e problematizado nas formações iniciais de Educação Física. Não será possível outras práticas – mais amplas e contextualizadas, no caminho da Saúde Coletiva e numa visão social de saúde – caso os cursos de Educação Física omitirem-se a essas questões que se colocam como bastante atuais e necessárias (aqui, não podemos ser ingênuos e desconsiderar os empecilhos inerentes às constituições de corpo docente dos cursos de Educação Física e suas “práticas” e perspectivas no plano epistemológico do que se entende por Educação Física, por saúde e por formação humana).

Por fim, apontamos algumas perspectivas em relação ao que tratamos ao longo deste texto. Ao nosso ver, elencamos três delas, que são:

- Na discussão entre licenciado x bacharelado, caso prossiga essa cisão, poderíamos dizer que Lovisolo (1998) realmente tinha razão: cabe então ao licenciado a educação (lembrando que “educação” não se restringe apenas à escola,

ela pode abranger também o trabalho com a comunidade) e cabe ao bacharel as academias e clubes. A saída para tal impasse seria, independente da formação, que a área se veja e reflita como um campo eminentemente de “educadores”, seja no espaço escolar ou fora dele – e aí entender o “sintoma de nossa cultura”, isto é, a figura do professor é vista como depreciativa, pejorativa e menosprezada perante a sociedade, em discursos que o valorizam (e a gente vê isso na mídia quando atores relatam o quanto a figura do professor é importante e isso precisa ser resgatada) mas que na prática, no dia a dia da escola sofre com falta de estrutura e condições mínimas, bem como a violência que assola as escolas, fruto de uma sociedade também violenta. E principalmente, pela falta de retorno financeiro em relação ao seu trabalho, que repercute no afastamento daqueles cidadãos melhor preparados para assumirem a educação, optando por outros campos profissionais. Em síntese: esta perspectiva situa-se na defesa de pensar quaisquer que sejam os campos de intervenção como espaços em que o profissional que ali atua se coloque como um “educador” (posiciono-me pouco receptivo e até mesmo contrário ao termo atualmente utilizado de que professor de Educação Física é um “educador físico”).

- Outra perspectiva insere-se na visão interdisciplinar, ou seja, a perspectiva de, também a Educação Física, mais voltada às questões de promoção de saúde (prevenção e manutenção da saúde, ou mesmo reabilitação) ser inserida no SUS – Sistema Único de Saúde e integrar, com seus profissionais, o PSF – Programa Saúde da Família, fato este que já há relatos em forma de textos/livros mostrando onde e como ocorreu a implantação de práticas corporais para determinados públicos em serviços de saúde, conforme Freitas (2007), no trabalho diretamente em contato com a heterogeneidade da comunidade.
- A divulgação e uso da perspectiva da salutogênese na Educação Física (KUNZ, 2003; 2005; TAFFAREL, 2010), que pode ser resumida a partir da Figura 1 abaixo:

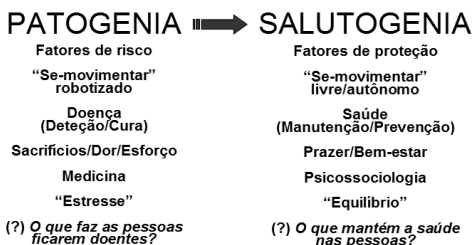


Figura 1 – A visão da patogenia versus as possibilidades com a salutogenia

De maneira resumida, seria uma mudança de paradigma ao se pensar as questões da saúde – e não da doença! – quando tratamos de tal abordagem na Educação Física. O foco de interesse não recairia nos sempre divulgados “fatores de risco”, e sim dar-se-ia ênfase naquilo que realmente promove saúde, ou seja, os “fatores de prote-

ção”. A pergunta de partida também mudaria de enfoque, passando do tradicional “O que faz as pessoas ficarem doentes?” para o desafio de pensar “O que mantém a saúde nas pessoas?”. O conhecimento que pautaria tal perspectiva salutogênica deixaria de ser aquele exclusivamente médico, dito “modelo biomédico”, e consideraria os conhecimentos da psicossociologia, bem como os determinantes sociais da saúde. Em especial ao campo da Educação Física, passaria a se valorizar o se-movimentar autônomo e livre, ao invés do modelo robotizado que vemos se repetir nas aulas de Educação Física (principalmente quando o conteúdo é o esporte – o qual tem-se como modelo o esporte de rendimento, que, sabemos, de saúde só tem a falaciosa imagem dos atletas, na verdade, hoje é mais um “problema de saúde”).

Para finalizar, trazemos uma figura-síntese de acordo com o que propusemos nas linhas que se seguiram até então, conforme Figura 2 abaixo. A primeira experiência em abordar todas essas questões teóricas pensando no conjunto de saberes e práticas que podem ser articuladas com os licenciados em Educação Física é sintetizada a partir desses dados, copiados de um blog⁸, em que se divulgou a produção científica da primeira oferta da disciplina de Tópicos Especiais em Educação Física I – Educação Física, Saúde e Sociedade, para o curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Sergipe, no segundo semestre de 2010.

Compartilhando saberes sobre saúde e sociedade na mídia

Quero aproveitar o espaço do blog para compartilhar minha felicidade como professor, em sua primeira realização, da disciplina de Tópicos I - Educação Física, Saúde e Sociedade aqui no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Sergipe (especificamente em relação à turma B).



Foi proposto, no início do semestre, um projeto de pesquisa que se transformaria, até o final do semestre letivo, num estudo realizado. Foram seis grupos que tinham como premissas articular as questões da própria disciplina, especificamente sobre a temática SAÚDE com as questões midiáticas, por entendermos o papel dos meios de comunicação na produção e veiculação de representações sobre o que vem a ser saúde, “ser saudável”, ter um “estilo de vida”, enfim, as questões relacionadas à tal “qualidade de vida”, implicações para juventude etc.



Os trabalhos - que, esperamos, serão apresentados e publicados na próxima Semana da Educação Física da UFS, março/2011 - foram os seguintes:

- 1) O culto ao corpo: os limiares entre saúde e doença (Tamiere, Verônica, Thiago e José Almeida)
- 2) “Mexa-se. Não ficar parado é condição fundamental para uma vida saudável.”

Relação entre saúde e atividade física através de um veículo midiático. (Alé, Antonio, Guilherme, Rodrigo)

3) A relação entre saúde, corpo e mídia na compreensão de alunos de uma escola pública de Aracaju/SE a partir da telenovela “Malhação” (Markus, Danilo, Valdione)

4) “O esporte de alto rendimento faz mal à saúde?” Uma análise do programa SporTV Repórter (Silvan, Danielle, Rebeca, Fabaiana e Alessandra)

5) Educação Física, mídia e saúde: possibilidades midiáticas nas aulas de Educação Física (Carla, Christiane, Crislany e Keyte)

6) Atividade física e saúde: uma análise do programa Globo Repórter (Alan, Gabriela, Jackeline, Manoel)

Parabéns à turma!

E logo mais, a veiculação destes trabalhos... “fazer universidade” e “formar-se” é isso: não ficar passivo ao conhecimento existente, mas produzi-lo e veiculá-lo, pensando na nossa realidade, nos nossos problemas, nas nossas possibilidades!

Figura 2 – Algumas pesquisas realizadas na primeira oferta da disciplina de Tópicos I

⁸ www.observatoriomidiaesportiva.blogspot.com. O link para a postagem pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://observatoriomidiaesportiva.blogspot.com/search?updated-max=2011-02-14T23%3A01%3A00-02%3A00&max-results=15>.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso propósito, neste texto, foi realizar algumas reflexões em torno das questões sobre saúde e Educação Física, com o intuito de alargar as compreensões dessa relação histórica (e atual) que associa, como vimos, muitas vezes de forma vazia, simplistas e descontextualizada, aspectos da saúde humana à Educação Física.

Em pleno século XXI, é mais do que necessário – é urgente – complexificar essa relação para além das questões que se situam no plano biológico apenas, associando outros campos do saber e incluindo a Educação Física no longo, denso, desafiante, multidisciplinar e promissor caminho da Saúde Coletiva.

Torna-se cada vez mais inevitável, também, com tantos discursos, polifônicos e polissêmicos, que na sua intensidade e facilidade de veiculação às massas em geral (via meios de comunicação, a chamada mídia), vão pedagogizando questões higiênicas sob nova roupagem na atualidade, principalmente com as dicas de qual atividade física fazer, quantas calorias gastar, que musculatura utilizar, do que e quando se alimentar, que roupa vestir nas práticas físicas, qual a dosagem ideal para as práticas físicas e esportivas, entre tantos outros exemplos – naquilo que a Saúde Coletiva denuncia como os novos inimigos do mundo moderno: o sedentário e o obeso⁹.

À Educação Física, enquanto área ou campo do conhecimento, cabe melhor contextualizar sobre isso, sem cair em oposições distanciadas e sem diálogo, apenas repetindo velhos discursos sob a roupagem daquilo considerado como “renovado”; tampouco negando que sua identidade, enquanto saberes e práticas constituídas social e historicamente, está sim atrelada de maneira direta à saúde. Mas como dissemos e repetimos ao longo deste texto reflexivo, uma “saúde” que precisa ser discutida desde que se coloque, também, os “óculos” das Ciências Sociais e Humanas, pensando numa perspectiva mais ampla, crítica e complexa ao se pedagogizar/trabalhar as questões de saúde quando atuamos na Educação Física.

REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social**. 2ª. Edição. Porto Alegre: Magister, 1997.

_____. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARRÓZ, Francisco E. (org.). **Educação Física escolar**: política, investigação e intervenção. Vitória: Proteoria, 2001, p.67-79.

_____. Identidade e crise da Educação Física. In: BRACHT, Valter; CRISORIO, Ri-

⁹ Sobre isso, ver Fraga (2006).

cardo. (orgs.) **A Educação Física no Brasil e na Argentina**: identidade, desafios e perspectivas. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Prosul, 2003, p.13-29.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Educação Física)**. Brasília, 1998.

CARVALHO, Yara Maria de. **O “mito” da atividade física e saúde**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

CRISORIO, Ricardo. Educação Física e identidade: conhecimento, saber e verdade. In: BRACHT, Valter; CRISORIO, Ricardo. (orgs.) **A Educação Física no Brasil e na Argentina**: identidade, desafios e perspectivas. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Prosul, 2003, p.31-54.

DEVIDE, Fabiano Pries. Educação Física, qualidade de vida e saúde: campos de intersecção e reflexões sobre a intervenção. **Movimento**, Porto Alegre, v. 8, n.2, p.77-84, maio/agosto 2002.

FRAGA, Alex Branco. **Exercício da informação**: governo dos corpos no mercado da vida ativa. Campinas: Autores Associados, 2006.

FREITAS, Fabiana Fernandes de. **A Educação Física no serviço público de saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

KUNZ, Elenor. “Ministério da saúde adverte: viver é prejudicial à saúde”. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15ª. Ed. **Anais...** Porto Alegre, 2005.

_____. “Ministério da Saúde adverte: viver é prejudicial à saúde”. In: BAGRICHEVSKY, Marcos; ESTEVÃO, Adriana; PALMA, Alexandre (orgs.). **A saúde em debate na Educação Física volume 3**. Ilhéus/BA: Editora da UESC, 2007, p.173-186.

LOVISOLO, Hugo. A paisagem das tribos na Educação Física. In: **Lecturas: Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, año 3, n. 12, diciembre 1998. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd12/hlov.htm> Acesso em: 02 março 2009.

LUZ, Madel T. **Novos saberes e práticas em saúde coletiva**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MARINHO, Inezil Pena. Lugar da Educação Física no plano educacional. In: GOELLNER, Silvana V. (org.) **Inezil Penna Marinho**: coletânea de textos. Porto Alegre: UFRGS/CBCE, 2005, p.35-43.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes. Constituição do campo da Educação Física no Brasil. In: BRACHT, Valter; CRISORIO, Ricardo. (orgs.) **A Educação Física no Brasil e na Argentina**: identidade, desafios e perspectivas. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Prosul, 2003, p.63-80.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes; RON, Osvaldo Omar. Introdução – Parte II: A constituição do campo da Educação Física. In: BRACHT, Valter; CRISORIO, Ricardo. (orgs.) **A Educação Física no Brasil e na Argentina**: identidade, desafios e perspectivas. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Prosul, 2003, p.57-61.

PALMA, Alexandre. Educação Física, corpo e saúde: uma reflexão sobre outros “modos de olhar”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.22, n.2, p.23-39, jan. 2001.

ROCHA, Vera Maria da; CENTURIÃO, Carla Haas. Profissionais da saúde: formação, competência e responsabilidade social. In: FRAGA, Alex Branco; WACHS, Felipe (orgs.). **Educação Física e Saúde Coletiva**: políticas de formação e perspectivas de intervenção. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p.17-32.

RODRIGUES, Anegleyce.T. A questão da formação de professores de Educação Física e a concepção de professor enquanto intelectual-reflexivo-transformador. **Pensar a Prática**, Goiânia, vol. 1, 1998. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/11/2702> Acesso em: 02 março 2009.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SOARES, Carmen. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

TAFFAREL, Celi Zulke. Sobre o sistema de complexos homem-esporte-saúde: reflexões a partir de contribuições da Alemanha. In: MATIELLO JUNIOR, Edgard; CAPELA, Paulo; BREILH, Jaime. **Ensaio alternativo latino-americanos de Educação Física, Esportes e Saúde**. Florianópolis: Copiart, 2010, p.159-183.

ZIONI, Fabiola; WESTPHAL, Márcia Faria. O enfoque dos determinantes sociais de saúde sob o ponto de vista da teoria social. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v.16, n.3, p.26-34, 2007.